



**Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de
Manutenção e
Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da
Educação – FUNDEB Gestão 2023/2026**

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, às quatorze horas e vinte minutos, na sede da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, situada à Rua Guanabara, nº 3.603, Extensão do Bosque, no Município de Rio das Ostras/RJ, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB – CACS/FUNDEB de Rio das Ostras, Gestão 2023–2026, para a realização da 1ª Reunião Extraordinária. Estiveram presentes os seguintes conselheiros: **Representante do Poder Executivo:** Walmira Guimarães Araújo Azeredo. **Representante dos Pais de Alunos da Educação Básica Pública:** Marta Janete Martins Guimarães. **Representante dos Servidores Técnicos:** Luciane de Brito Cunha. Participaram de forma remota: **Representante do Poder Executivo:** Andrea de Rezende Nogueira. **Representantes dos Professores da Educação Básica Pública:** Mauro Vinícius de Souza Floriano e Leandro de Aquino; **Representante do Conselho Municipal de Educação:** Andréia Paula dos Santos Arruda. Faltas justificadas dos conselheiros, Roberta Fernandes Rodrigues e José Renato Alonso do Carmo. Constatado quórum regimental, a Presidente declarou aberta a reunião. Em seguida, solicitou à conselheira Luciane que realizasse a leitura do edital de convocação. **1. Leitura e aprovação da ata da reunião anterior.** Procedeu-se à leitura da ata da reunião ordinária do mês de dezembro de 2025, previamente encaminhada aos conselheiros. Não havendo manifestações contrárias ou pedidos de retificação, a ata foi aprovada por unanimidade. Na sequência, a Presidente informou que também seria realizada a leitura da ata referente à reunião anteriormente convocada que não ocorreu por falta de quórum, a qual precisou ser lavrada para fins de registro e justificativa, considerando que alguns conselheiros haviam comparecido. **2. Elaboração, discussão e aprovação do Plano de Ação.** Dando prosseguimento aos trabalhos, passou-se à análise do item referente à elaboração, discussão e aprovação do Plano de Ação do Conselho. Foi informado que o documento



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB

possui conteúdo extenso, estruturado em formato de tabela. Diante disso, foi questionado aos conselheiros se preferiam realizar a leitura conjunta naquele momento ou se o documento poderia ser encaminhado previamente para análise e posterior deliberação. Após breve discussão, os conselheiros entenderam que, por se tratar de material técnico e detalhado, seria mais adequado o encaminhamento prévio do Plano de Ação para análise, ficando sua apreciação e aprovação para a próxima reunião. Ficou registrado que o documento permanecerá aberto a sugestões dos membros do conselho.

3. Assuntos gerais: A Presidente informou sobre os ofícios encaminhados pelo Conselho, conforme deliberado em reunião anterior. O primeiro refere-se ao Ofício encaminhado em 10 de fevereiro, solicitando esclarecimentos quanto à utilização dos recursos do Programa Escola em Tempo Integral, incluindo informações sobre: valores empenhados, liquidados e pagos; ações, serviços ou despesas custeadas com os recursos; unidades escolares contempladas e critérios de seleção; existência de saldo remanescente e previsão de utilização. Foi registrado que, até o momento da reunião, não havia sido recebida resposta. Alguns conselheiros sugeriram aguardar o prazo regimental para manifestação da Secretaria, lembrando que, conforme o regimento do conselho, o prazo para resposta é de 20 dias. Também foi sugerida a possibilidade de convidar os responsáveis pelo programa para prestar esclarecimentos presencialmente em reunião futura. Após debate entre os membros, deliberou-se que o Conselho aguardará o prazo regimental e, caso não haja resposta ou persistam dúvidas, será encaminhado convite para que os responsáveis pelo programa compareçam a uma próxima reunião para prestar esclarecimentos. Na sequência, foi tratado o ofício encaminhado à Secretaria Municipal de Educação referente ao transporte escolar da zona rural, acompanhado de relatório de visita realizada pelos conselheiros Mauro Vinícius e José Renato. No documento foram solicitadas informações sobre consumo de combustível por veículo ou rota, quilometragem mensal percorrida, custos com combustível e manutenção e planejamento financeiro para o exercício de 2026. A Presidente informou que foi encaminhada resposta pela Secretaria, a qual foi compartilhada com os conselheiros. Contudo, alguns membros consideraram que as informações apresentadas foram parciais e insuficientes, especialmente no que se refere às observações constantes no relatório de visita. Durante a discussão, foram relatadas situações relacionadas à logística do transporte escolar, incluindo horários de chegada e saída dos ônibus, tempo de permanência dos alunos na escola aguardando transporte e dificuldades enfrentadas pelas unidades escolares para administrar essas situações, especialmente em casos de alunos que necessitam de atendimento especializado. Diante



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB

das considerações apresentadas, foi sugerido que o Conselho promova, em reunião futura, um momento de escuta e esclarecimento com os responsáveis pelo setor de transporte, bem como com representantes da Secretaria de Educação, a fim de discutir os problemas apontados e buscar encaminhamentos. Prosseguindo, foi destacada a importância de também priorizar o debate sobre a execução do Programa Escola em Tempo Integral, considerando questionamentos apresentados por gestores escolares acerca da aplicação dos recursos. Durante a reunião, também foi levantado questionamento acerca da Gratificação de Desempenho e Compromisso (GDC), recentemente instituída no município, especialmente quanto à origem dos recursos utilizados para seu pagamento. Diante da ausência de informações, os conselheiros deliberaram pelo encaminhamento de ofício solicitando esclarecimentos formais sobre o tema. Foi retomado, ainda, assunto relacionado à notícia veiculada na mídia local, informando que uma unidade escolar da rede municipal estaria cedendo salas para utilização por instituição de ensino superior particular, com possível deslocamento de alunos para contêineres instalados no pátio da escola. A Presidente informou que o Conselho já encaminhou ofício à Secretaria Municipal de Educação solicitando esclarecimentos, incluindo informações sobre eventual cessão do espaço, responsabilidades pelos custos de manutenção e possíveis impactos para os alunos da rede municipal. Até o momento, o Conselho aguarda resposta oficial. Dando continuidade às discussões, os conselheiros manifestaram preocupação quanto a possíveis impactos para os alunos da rede municipal, caso haja interferência na utilização dos espaços escolares e eventual deslocamento de estudantes para módulos ou contêineres, situação que pode comprometer as condições adequadas de aprendizagem. Durante o debate, alguns membros destacaram que decisões dessa natureza deveriam passar pelo conhecimento e apreciação dos órgãos colegiados competentes, como o Conselho Municipal de Educação e o conselho escolar da unidade afetada, considerando que tais medidas impactam diretamente a comunidade escolar. Também foi ressaltado que o município possui atualmente uma realidade diferente de anos anteriores, com crescimento populacional e maior estrutura de participação social por meio de diversos conselhos municipais, reforçando a importância do respeito aos espaços institucionais de diálogo e controle social. Na ocasião, conselheiros relataram terem buscado informações informalmente junto a pessoas ligadas à área educacional, porém sem obtenção de esclarecimentos satisfatórios. Diante disso, foi sugerido que o Conselho formalize questionamento ao Conselho Municipal de Educação para saber se aquele órgão tem



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB

conhecimento da situação e quais providências estão sendo adotadas. Outro ponto debatido foi a preocupação com a valorização da escola pública e com possíveis impactos estruturais e simbólicos para os estudantes da rede municipal. Durante a reunião, também foi mencionado o uso de contêineres em unidades escolares e levantadas dúvidas sobre custos, condições estruturais, segurança e fiscalização desses espaços. Alguns conselheiros lembraram que, em gestões anteriores, houve visitas e solicitações de vistoria por órgãos competentes, como Defesa Civil e Corpo de Bombeiros, quando tais estruturas eram custeadas com recursos vinculados ao FUNDEB. Posteriormente, o pagamento passou a ser realizado com recursos próprios do município, razão pelo qual o tema deixou de integrar diretamente as atribuições do Conselho no âmbito do FUNDEB, embora permaneça relevante quando relacionado às condições de ensino. Após os debates, a Presidente solicitou a retomada das deliberações da reunião, ficando assim registrado: encaminhamento do Plano de Ação aos conselheiros para análise e apresentação de sugestões, com vistas à sua aprovação na próxima reunião; envio de ofício convidando os responsáveis pelo Programa de Educação em Tempo Integral e representantes da Secretaria Municipal de Educação para participarem da próxima reunião, caso não haja manifestação da Secretaria em tempo hábil; e envio de ofício ao Conselho Municipal de Educação solicitando informações acerca da situação relatada referente à utilização de espaço em unidade escolar, bem como sobre as condições de funcionamento de contêineres utilizados como salas de aula; envio de ofício à Secretaria Municipal de Educação solicitando esclarecimentos sobre a Gratificação de Desempenho e Compromisso (GDC). Ficou registrado ainda que o tema relacionado ao transporte escolar será tratado com maior aprofundamento na reunião prevista para o mês de abril. Em seguida, um conselheiro comentou sobre questionamentos realizados no grupo do Conselho a respeito de notas fiscais relacionadas a reparos de ônibus do transporte escolar. Foi observado que os valores cobrados pela mão de obra chamaram atenção, por aparentarem estar acima dos valores normalmente praticados no mercado. Diante disso, foi sugerido que tais dúvidas sejam apresentadas diretamente aos responsáveis quando estiverem presentes em reunião. Na sequência, foram tratados assuntos administrativos do Conselho. Foi informada a situação da conselheira titular Thaís, que solicitou exoneração do cargo no município e atualmente encontra-se atuando em outro município. Considerando que a suplente é a conselheira Luciane, discutiu-se a necessidade de formalizar, junto à entidade representada, a indicação de novo membro titular, a fim de regularizar a composição do Conselho. Posteriormente, um conselheiro apresentou



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB

questionamentos relacionados ao orçamento da educação especial no município, com base na comparação entre a Lei Orçamentária Anual (LOA) e o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO). Foi observado aumento no valor destinado à área e levantada dúvida sobre a forma de aplicação. Durante a discussão, foi ressaltado que o maior quantitativo de profissionais da educação inclusiva é composto por auxiliares educacionais, com cargas horárias de 25 e 40 horas semanais. Ainda assim, alguns conselheiros destacaram a necessidade de compreender melhor os dados apresentados e a execução orçamentária. Também foram levantadas dúvidas quanto ao orçamento destinado à Educação de Jovens e Adultos (EJA), especialmente diante de informações sobre possível redução da oferta dessa modalidade em algumas unidades escolares, o que gerou questionamento acerca do aumento previsto no orçamento. Foi sugerido que os conselheiros analisem com maior detalhamento os documentos orçamentários, como a LOA de 2025 e 2026 e o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), a fim de organizar questionamentos e aprofundar o debate em reunião futura. Foi lembrado ainda que em momento anterior, alguns conselheiros haviam solicitado acesso à folha de pagamento completa da educação, pedido que não foi atendido pela gestão. Ressaltou-se que o regimento do conselho prevê acesso, a essas informações, considerando sua importância para o exercício das atribuições de acompanhamento e fiscalização sem restringir apenas aos pagamentos realizados com recursos do FUNDEB, entendimento que reforça a importância da transparência para o exercício das funções de acompanhamento e fiscalização. Também foi mencionada a necessidade de promover uma transição organizada para os próximos membros do Conselho, de modo a facilitar a continuidade dos trabalhos. Foram apresentados os documentos recebidos e expedidos pelo Conselho. Recebidos: **Memorando nº 0019/2026 - SEMFAZ**, solicitando o Parecer do Conselho Municipal do FUNDEB; **Ofício nº 040/2026 - SEMEDE**, encaminhando folhas de pagamentos de janeiro de 2026; **Ofício nº 62/2026 - SEMEDE**, em resposta ao Ofício nº 002/2026 – CACS-FUNDEB; **Ofício nº 06/2026/GAFCE/RJ**, convite para participação no VIII Encontro Estadual de Fortalecimento dos Conselhos Escolares e **Ofício nº 63/2026 – SEMEDE**, em resposta ao Ofício nº 001/2026 – CACS-FUNDEB. Expedidos: **Ofícios nº 001/2026**, solicitação de esclarecimentos quanto à utilização dos recursos do Programa Escola em Tempo Integral; **Ofício nº 002/2026**, encaminhamento de relatório de visitas e solicitação de informações sobre transporte escolar da zona rural; **Ofício nº 003/2026**, em resposta ao Memorando nº 0019/2026 - SEMFAZ; **Ofício nº 004/2026**, solicitação de publicação do Edital Nº 01-2026 – CACS-FUNDEB; **Ofício nº 005/2026**, solicitação de



**CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL
DO FUNDEB**

informações sobre notícia veiculada na mídia. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às **16h e 40 minutos**. Para constar, eu Walmira Guimaraes A. Azeredo, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Presidente e anexada à lista de presença, contendo as assinaturas dos conselheiros presentes na sede da SEMEDE.

Rio das Ostras, 26 de fevereiro de 2026.

Marta Janete Martins Guimarães Mattos
Presidente do CACS - FUNDEB
Gestão - 2023-2026